

OFÍCIO Nº. 045/2017

Caxingó(PI), 22 de Março de 2017.

Senhor Presidente,

Dirijo-me à Vossa Excelência para comunicar o recebimento do Ofício Nº. 013/2017, de 09 de Março de 2017, que encaminha o Projeto de Lei Nº. 002/2017, de 13 de Fevereiro de 2017, de autoria do Excelentíssimo Senhor Vereador José dos Remédios de Sousa Carvalho, que **"Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal e, dá outras providências"**.

Posto que louvável a finalidade o Projeto de Lei apresentado por esta Egrégia Casa de Leis, a mesma não poderá lograr êxito, em razão aos vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade que a maculam.

RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

O presente Projeto de Lei foi aprovado em 03 de Março de 2017, onde consta no Art. 15, a criação de despesas para o município, in verbis:

Art 15 – Os recursos financeiros necessários à implementação da presente lei e dos serviços de inspeção municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no orçamento do município de Caxingó, Estado do Piauí.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre organização administrativa e

judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios. A Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 61. ...

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

...

Pelo princípio da simetria na Lei Orgânica constou dispositivo semelhante, senão vejamos:

Art. 34. São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:

...

III - Criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes

...

Saliente-se outrossim que a geração de despesa pública sem a correspondente previsão de fonte de custeio representa expressa violação do art. 167, I e II, da Constituição Federal.

Através do Projeto de Lei nº 002/2017, foi criado serviço público que gera despesas, vez que haverá necessidade de recursos financeiros para implementação da referida Lei.



Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

De fato, não poderia a Câmara, ao apreciar o Projeto de Lei que dispõe sobre criação de serviço público que aumente a despesa do Poder Executivo, sob pena de estar ferindo a independência dos Poderes constituídos, interferindo em competência privativa do Prefeito.

Desta forma, Senhores Vereadores, a proposta contida no Projeto de Lei sob nº 002/2017, não pode prosperar, por motivos únicos e basilares, pois trata-se de matéria inconstitucional, tendo em vista que a sua iniciativa é privativa do Poder Executivo.

Assim, no caso em tela, em se tratando de matéria que gerará despesa excessiva para a Administração, e, por essas razões não pode prosperar motivo pelo qual somos levados a apor o veto integralmente ao presente Projeto de Lei nº 002/2017, por encontrar eivado de inconstitucionalidade

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e distinta consideração.


Atenciosamente,



WASHINGTON LUIS BRITO DE SOUSA

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL DE CAXINGÓ - PIAUÍ**
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

COMPROVANTE DE PROTOCOLO	
 34	Autenticação: 02017/03/2234
Número / Ano	34 / 2017
Data / Horário	22/03/2017 - 11:47:05
Assunto	COMUNICADO DE VETO À MATÉRIA LEGISLATIVA N°. 002/2017, QUE "DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE CAXINGÓ, ESTADO DO PIAUÍ E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
Interessado(s)	PODER EXECUTIVO - MUN. CAXINGO
Natureza	Documento Administrativo
Tipo Documento	OFC Ofício
Número Páginas	3
Comprovante emitido por:	sec.camara